



## **01 DE FEVEREIRO DE 2012**

### **Quarta - feira**

- **NOTÍCIAS CNI (ANEXO)**
- **APÓS 2011 FRACO, INDÚSTRIA DEVE TER RECUPERAÇÃO GRADUAL**
- **18 MONTADORAS SE LIVRAM DE IPI MAIOR**
- **SEGURANÇAS DE TRANSPORTE DE VALORES COMEÇAM GREVE NESTA QUARTA**
- **CSN ADQUIRE FÁBRICA NA ALEMANHA**
- **DÓLAR CAI 6,5% EM JANEIRO E FECHA A R\$ 1,747**
- **INDÚSTRIA REGULARIZA ESTOQUES EM JANEIRO, MOSTRA SONDAÇÃO DA FGV**
- **RECEITA PÚBLICA ORIENTAÇÃO SOBRE FGTS**
- **INDÚSTRIA PRECISA DE MEDIDAS AMPLAS E URGENTES**
- **VOLKSWAGEN BATE RECORDE DE PRODUÇÃO NAS FÁBRICAS BRASILEIRAS EM 2011**
- **ABERTURA DE EMPRESA - PROJETO QUER REGULAMENTAR O FUNCIONAMENTO DE EMPRESA VIRTUAL EM RESIDÊNCIA**
- **ICMS - PR - AGÊNCIAS DA RECEITA ESTADUAL TÊM NOVO HORÁRIO DE ATENDIMENTO**
- **DIREITO DO TRABALHO - BANCO DE DEVEDORES: DÍVIDAS PODERÃO SER REGULARIZADAS ATÉ QUINTA-FEIRA**
- **DEFESA DO CONSUMIDOR - COMISSÃO DO SENADO DARÁ PRIORIDADE NA ATUALIZAÇÃO DO CÓDIGO DO CONSUMIDOR**
- **IR - FONTE - IMPOSTO RETIDO NO 3º DECÊNIO DE JANEIRO VENCE NO DIA 03 DE FEVEREIRO**
- **DECLARAÇÕES FISCAIS - DACON DE DEZEMBRO DEVE SER ENTREGUE ATÉ O DIA**

## 7 DE FEVEREIRO

- **PROJETO DE LEI - TRABALHO DE MOTOBOY PODERÁ SER CONSIDERADO ATIVIDADE PERIGOSA**
- **PROJETO DE LEI - PROJETO OBRIGA CONSTRUÇÃO CIVIL A CONTRATAR PELO MENOS 10% DE MÃO DE OBRA FEMININA**
- **SIMPLES NACIONAL - ADESÕES AO SIMPLES NACIONAL E AO SIMEI ULTRAPASSAM EXPECTATIVA DA RECEITA**
- **TRIBUNAL - JT NÃO RECONHECE VÍNCULO DE EMPREGO DE ESTAGIÁRIA COM ANABB**
- **PODER EXECUTIVO - DECISÕES DO INSS: SEGURADOS PODERÃO RECORRER POR MEIO ELETRÔNICO**
- **DIREITO CONSTITUCIONAL - ATUAÇÃO DO CNJ: PLENÁRIO DO STF DEVE JULGAR HOJE LIMITAÇÃO DE PODERES**
- **JUSTIÇA DO TRABALHO TERÁ CARTÃO DE CRÉDITO NA SALA DE AUDIÊNCIA PARA PAGAMENTO DE DÍVIDA**

Câmbio Em 01/02/2012		
	Compra	Venda
Dólar	1,733	1,734
Euro	2,282	2,283

Fonte: BACEN

## Após 2011 fraco, indústria deve ter recuperação gradual

01/02/2012- Gazeta do Povo

A produção industrial deve ter recuperação gradual em 2012, após o fraco crescimento de 0,3% em 2011. O resultado ficou bem abaixo da expansão de 10,5% em 2010. Para analistas, a indústria já deixou para trás seu pior momento, mas a

manutenção de fatores que vêm afetando negativamente o setor – como o real apreciado e a crise na Europa – continuarão dificultando uma retomada expressiva.

A expectativa é de que o setor seja puxado pela demanda doméstica a partir do segundo semestre, impulsionada pelos efeitos da redução dos juros e de medidas governamentais de estímulo ao consumo. Apesar de ter apresentado sinais positivos nos últimos meses de 2011, com alta de 0,9% em dezembro, a indústria nacional fechou o ano com produção 3,5% abaixo do patamar de março daquele ano, nível mais elevado da série histórica do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O Índice de Confiança da Indústria (ICI) aumentou 0,5% em janeiro deste ano ante dezembro de 2011, ao passar de 101,8 para 102,3 pontos, informou ontem a Fundação Getúlio Vargas (FGV). O indicador inicia o ano acima dos quatro últimos meses de 2011, mas abaixo da média histórica de 103,9 pontos.

O Índice da Situação Atual (ISA) avançou 0,6%, para 103,0 pontos, o maior patamar desde agosto de 2011 (103,5). O Índice de Expectativas (IE) cresceu pelo quarto mês consecutivo, com avanço de 0,6% em janeiro, ao passar para 101,7 pontos. De acordo com a FGV, a combinação de resultados sinaliza que a atividade industrial segue em recuperação lenta e gradual no curto prazo.

## **Estoques**

O item que mede os estoques na indústria exerceu a maior influência sobre o ISA em janeiro: a parcela de empresas considerando o nível de estoques atual como excessivo diminuiu de 10,2% em dezembro para 6,3% em janeiro, o menor percentual desde junho de 2011 (5,3%). Por outro lado, houve recuo na proporção das empresas que avaliam o estoque como insuficiente, de 2,2% para 1,2%.

Segundo o coordenador da Sondagem Conjuntural da Indústria de Transformação da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Aloisio Campelo, a conjugação de medidas de cunho fiscal para segmentos específicos da indústria de transformação com a redução da taxa Selic foi determinante para a diminuição dos estoques

## **Emprego**

O índice relativo ao emprego subiu em janeiro, atingindo 111,4 pontos, patamar mais alto desde julho do ano passado (113,8). Das 1.204 empresas consultadas em janeiro, 21,2% pretendem ampliar o efetivo de mão de obra no trimestre de janeiro a março de 2012 (ante 19,4% em dezembro), enquanto 9,8% preveem diminuí-lo (ante 9,9%).

## **Capacidade**

O Nível de Utilização da Capacidade Instalada (Nuci) aumentou para 83,7% em janeiro, ante 83,4% em dezembro, atingindo o patamar mais alto desde julho de 2011 (84,1%) e superior à média histórica desde 2003, de 83,3%.

A indústria chegou a crescer no primeiro trimestre do ano passado, mas na sequência houve quedas seguidas no ritmo de produção, culminando com queda de 1,4% no quarto trimestre. O segmento de bens de consumo foi o destaque negativo (-0,7%) do ano, pressionado pela redução de 7,8% da produção de automóveis, a pior desde 1999 (-10,7%).

O economista-chefe do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi), Rogério César de Souza, destaca a alta de 3,3% da produção de bens de capital em 2011 como um sinal positivo para os investimentos neste ano, por estar disseminado entre equipamentos de transporte, para construção e para a indústria. A maior preocupação do Iedi é quanto à evolução da produção de bens intermediários (insumos e matérias-primas), que cresceu só 0,3% em 2011.

“Os intermediários são um termômetro porque representam as compras da indústria e têm o maior peso no setor. E continuarão sendo afetados pelo aumento das importações e perda de competitividade”, disse Souza. O mesmo vale para setores tradicionais e intensivos em mão de obra, como têxtil, vestuário e calçados, que, combatidos pela competição chinesa, amargaram quedas acentuadas no ano passado.

As medidas de estímulo à indústria deverão contribuir para o aumento da produção a partir do meio do ano, mas têm efeito limitado. “A redução de IPI, por exemplo, deve ter efeito menor que na crise de 2009, já que os bens duráveis têm ciclo de vida maior”, disse Thovan Tucakov, economista da LCA Consultores. Na análise dos economistas, as propostas da União – como o plano Brasil Maior – são pontuais e atacam setores específicos, em lugar de problemas estruturais como a pesada carga tributária.

### **FGV prevê crescimento de até 2,8% neste ano**

A produção da indústria deverá crescer, num cenário otimista, de 2,5% a 2,8% em 2012. A previsão é do coordenador da Sondagem Conjuntural da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Aloisio Campelo. A previsão de Campelo é ligeiramente inferior à expectativa média do mercado, que prevê alta de 3% para a produção industrial neste ano. “Temos de lembrar que estamos com uma série de medidas extraordinárias. A redução de IPI para produtos da linha branca irá vigorar até março e, para os automóveis, deve permanecer ao longo deste ano”, ponderou Campello, para quem, se novas medidas forem adotadas, o crescimento da produção da indústria poderá ser ainda maior – o governo federal tem mantido reuniões com alguns setores com o objetivo de estimular o crescimento da economia.

## **18 montadoras se livram de IPI maior**

01/02/2012- Gazeta do Povo

O governo divulgou ontem a lista definitiva das montadoras que estão livres do pagamento de imposto mais alto na produção de veículos até dezembro deste ano, por cumprirem regras de produção nacional e investimento. A lista anterior era provisória e só garantia o benefício fiscal até hoje, 1.º de fevereiro.

De acordo com portaria publicada ontem no Diário Oficial da União, 18 empresas cumprem os requisitos mínimos de produção nacional e investimento em inovação, exigidos pelo governo.

As empresas não enquadradas – principalmente fabricantes chineses e de carros de luxo – pagam imposto 30 pontos percentuais maior desde dezembro. De acordo com a portaria publicada ontem pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), as empresas habilitadas ainda estão sujeitas à verificação do cumprimento dos requisitos exigidos, bem como ao cancelamento da habilitação definitiva.

Para as empresas enquadradas no regime, as alíquotas de IPI variam de 7% a 25%. Montadoras que não cumprem as exigências pagam imposto maior, que varia de 37% a 55%, dependendo da motorização. O aumento do tributo vale até dezembro de 2012 e faz parte do plano de estímulo à indústria “Brasil Maior”.

## Seguranças de transporte de valores começam greve nesta quarta

01/02/2012- Gazeta do Povo

Os seguranças que trabalham no transporte de valores com carros-fortes em todo o **Paraná** iniciam nesta quarta-feira (1º) greve por tempo indeterminado. O motivo é a falta de acordo com as empresas para o reajuste salarial da categoria. A decisão foi confirmada na noite desta terça-feira (31), em assembleia da categoria. A previsão do Sindicato dos Trabalhadores de Transporte de Valores e Escolta Armada do Paraná (**Sindeesfort-PR**) é que a maioria das 1,8 mil pessoas que trabalham no setor cruze os braços. Com a paralisação, a distribuição de dinheiro para as agências bancárias de todo o estado deve ser prejudicada.

O presidente do Sindeesfort-PR, **Paulo Sérgio Gomes**, disse que o impasse surgiu na semana passada, quando foi aprovado, no dia 26 de janeiro, um [indicativo de greve](#). Como a proposta patronal não melhorou, a paralisação foi confirmada. “Não houve nova proposta e mantiveram o que foi ofertado lá atrás, que era a reposição da inflação mais a renovação da convenção coletiva por dois anos.” O sindicato pede aumento acima da inflação.

Gomes acredita que o sindicato patronal deve tentar uma nova negociação em breve. “Eu acredito que deve haver uma nova reunião amanhã (quarta) ou na quinta. Estaremos trabalhando com a esperança de que venha uma nova proposta”, afirmou.

Dos 1,8 mil trabalhadores do setor, cerca de 1,8 mil fazem a segurança de carros-fortes e outros 600, chamados de tesoureiros, são responsáveis pela montagem de malotes e contagem de dinheiro nas empresas.

Deverá haver mobilização nas principais cidades com sedes de empresas de segurança, como **Londrina, Maringá, Foz do Iguaçu, Curitiba, Pato Branco, Ponta Grossa, Umuarama, Guarapuava, Cascavel e Paranaguá**.

Não foi possível conversar com o **Sindicato das Empresas de Transporte de Valores do Paraná** na noite desta terça-feira.

## Vigilância patrimonial

Por outro lado, os funcionários que trabalham com vigilância patrimonial, como os vigilantes que ficam dentro de agências bancárias, aceitaram a proposta patronal e fecharam acordo de reajuste salarial na noite desta terça-feira (31). De acordo com o **Sindicato dos Vigilantes de Curitiba e Região Metropolitana**, cerca de 70% dos trabalhadores presentes na reunião da categoria concordou com o acordo.

O secretário geral do Sindicato dos Vigilantes, Ademir Pincheski, disse que a proposta foi aceita porque representou ganhos acima da inflação. "O reajuste total na massa salarial foi de 11,78%. Como a inflação no período (janeiro de 2010 a janeiro de 2012) deve fechar em 5,72% tivemos um aumento de 6,06% acima da inflação", argumentou.

Pelo acordo, o piso salarial dos vigilantes patrimoniais subiu 6,94% e passou para R\$ 1.140,00.

Já o adicional de risco de vida subiu 34,3% e passa a ser de R\$ 180 por mês. O vale alimentação subiu 19,2% e será de R\$ 15,50 por dia trabalhado, a partir de fevereiro.

## CSN adquire fábrica na Alemanha

01/02/2012- Valor Econômico

A Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), comandada pelo empresário Benjamin Steinbruch, fechou ontem a compra de uma siderúrgica de aços longos do grupo espanhol Alfonso Gallardo situada na Alemanha. O valor da operação, conduzida pela subsidiária espanhola CSN Steel, foi de € 482,5 milhões (US\$ 634 milhões, ou R\$ 1,1 bilhão). A aquisição inclui a distribuidora Gallardo Sections.

O negócio marca a entrada da CSN, tradicional fabricante brasileira de aço plano, com usina em Volta Redonda (RJ) no mercado dos chamados aços longos, produto usado na construção civil e em aplicações industriais. A operação é também mais um avanço da siderúrgica em seu processo de internacionalização: a companhia já tem operações nos Estados Unidos e em Portugal.

Nesse segmento, no momento a CSN constrói uma unidade com capacidade para 500 mil toneladas por ano, voltada para vergalhões e barras, também em Volta Redonda. Após atrasos causados nas obras civis, a unidade deve ficar pronta no último trimestre deste ano. Com isso, passará a competir no Brasil com Gerdau, ArcelorMittal e Votorantim.

A aquisição da siderúrgica alemã ocorre alguns meses depois que a CSN suspendeu, em meados de setembro, a aquisição que envolvia também ativos de cimento e aço na Espanha. Na época, em meados de setembro, justificou a desistência do negócio a "descumprimentos contratuais" por parte do grupo Gallardo.

"Ficamos com a joia da coroa", disse, por telefone, da Alemanha, Juarez Saliba, diretor-executivo de novos negócios e de fusões e aquisições da CSN. Ele explicou que as negociações com o grupo Gallardo foram retomadas no fim de outubro e concentrara-se especificamente nos dois ativos alemães - a siderúrgica Stahlwerk Thüringen (SWT) e a distribuidora de aço Gallardo Sections.

A SWT, observou Saliba, é voltada para atendimento dos mercados alemão e de países do Leste europeu, justamente os que se encontram em melhora situação

devido à crise da Zona do Euro. "A usina está rodando com 80% da capacidade instalada", firmou. Segundo a CSN, o ativo maior diversificação de mercados de atuação que a concorrência, atendendo não só a construção não-residencial, mas focada também nas áreas industriais de equipamentos, engenharia e transporte.

A SWT, situada na cidade de Unterwellenborn, na província de Thüringen, no centro do país, é especializada na fabricação de perfis médios e pesados, com capacidade instalada de produção de 1,1 milhão de toneladas por ano. Esses produtos são destinados, por exemplo, à fabricação de construções metálicas, como edifícios, mezaninos, estádios, pontes, viadutos, passarelas, fundações, contenções, galpões, pontes rolantes.

A siderúrgica alemã opera à base de sucata, com fornos elétricos. Segundo a CSN, tem localização favorável para compra da matéria-prima - 70% são oriundos de um raio de 70 a 100 quilômetros. Junto com a distribuidora, a empresa emprega 450 pessoas.

Com o novo ativo, a CSN atinge uma capacidade instalada de produção de aço - plano e longo - de 6, 7 milhões de toneladas por ano. A partir de 2013, com a nova usina de Volta Redonda, salta para 7,2 milhões de toneladas.

Segundo Saliba, a CSN contou com financiamento de € 120 milhões por parte de sete bancos que eram credores do grupo Gallardo para fechar o negócio. A empresa vai desembolsar € 320 milhões do seu caixa e assumir dívida da SWT de aproximadamente € 40 milhões.

O diretor informou que não haverá mudança na gestão da SWT. "É uma operação enxuta, com padrão alemão, com dois executivos - um diretor industrial e um administrativo-financeiro, que serão mantidos". Destacou que ao fazer essa aquisição, a CSN comprou também expertise no segmento de aços longos. "Os alemães vão nos ajudar, nos próximos oito meses, com treinamento, a formar o pessoal para nossa usina de aços longos em Volta Redonda", afirmou.

A operação de compra do ativo europeu - deixando de lado uma cimenteira e outra usina de vergalhões na Espanha, um mercado em crise - ocorre um mês após o grupo argentino Techint entrar no capital da Usiminas, concorrente da CSN. Steinbruch tentou, via mercado de capitais e diretamente, assumir o controle da siderúrgica mineira, mas não teve sucesso.

## **Dólar cai 6,5% em janeiro e fecha a R\$ 1,747**

01/02/2012- Valor Econômico

O último pregão de janeiro foi de grande instabilidade no câmbio local, mas os vendedores acabaram falando mais alto, como foi regra ao longo de todo o mês.

Dos 21 pregões de janeiro, o dólar teve alta em apenas seis deles. Com isso, a moeda fecha o mês acumulando queda de 6,53%, maior queda mensal desde outubro do ano passado, quando a queda foi de 9,46%.

Na relação inversa, o real fica entre as moedas com maior valorização ante o dólar no mundo neste começo de ano. A moeda brasileira divide o topo do ranking com o peso mexicano.

De fato, todas as principais moedas emergentes e mesmo desenvolvidas ganharam do dólar em janeiro, conforme a menor preocupação com a zona do euro abriu espaço para uma retomada das posições em ativos de risco, que tinham sido abandonadas no fim de 2011.

No caso do real, os operadores chamam atenção ao elevado fluxo de recursos externos. Até a sexta-feira, dia 20 de janeiro, a sobra de dólares no mercado local passava dos US\$ 6,654 bilhões. Amanhã, o Banco Central (BC) apresenta nova parcial do fluxo de câmbio e a previsão é de que esse número tenha aumentado.

Para uma parte do mercado, o ingresso de recursos deve continuar firme. Conforme a situação na Europa se acalma, a liquidez liberada pelo Banco Central Europeu (BCE) e pelo Federal Reserve (Fed), banco central americano, pode ir em busca de oportunidades em outros mercados.

Por aqui, mesmo com a queda da Selic, a taxa de juros segue elevada para padrões internacionais, o que funciona como atrativo para investimentos. Fora isso, o mercado assiste a um aumento nas captações externas e também se espera a retoma das ofertas de ações (IPOs, na sigla em inglês).

Outra fatia do mercado, no entanto, enxerga esse movimento como pontual. A crise externa não foi resolvida e qualquer sinal de problema pode resultar em firme reversão desse fluxo de dólares. Outros pontos negativos seriam a expectativa de menor crescimento das exportações, em função do fraco crescimento global, bem como de preços de commodities estáveis ou com viés de baixa, algo que prejudica os termos de troca do país.

O dólar comercial terminou esta terça-feira com queda de 0,11%, a R\$ 1,747 na venda. À tarde, o dólar subiu a R\$ 1,755 (+0,34), mas pela manhã fez mínima a R\$ 1,735 (-0,80%).

Na Bolsa de Mercadorias & Futuros (BM&F), o dólar pronto teve queda de 0,23%, a R\$ 1,7455, com giro de US\$ 118,25 milhões.

Também na BM&F, o dólar para fevereiro tinha baixa de 0,57%, a R\$ 1,739. Esse contrato expira hoje e praticamente já deixou de ser negociado. A referência já está com o contrato para março, que mostrava queda de 0,02%, a R\$ 1,7615, depois de subir a R\$ 1,767, e cair a R\$ 1,747.

No câmbio externo, o Dollar Index, que mede o desempenho da divisa americana ante uma cesta de moedas, subia 0,24% a 79,33 pontos, depois de cair a 78,74 pontos. O euro perdia 0,52%, a US\$ 1,307, mas chegou a fazer máxima a R\$ 1,321.

O dia começou com viés positivo lá fora depois do [acordo](#) fechado ontem entre os líderes da zona do euro, que além de acertar metas para o campo fiscal anunciaram medidas para estimular o crescimento e o emprego.

A tendência mudou depois que indicadores americanos ficaram aquém do previsto. O Conference Board mostrou uma queda inesperada no índice de [confiança](#) do consumidor. Antes disso, foi divulgada uma queda nos [preços dos imóveis](#) em novembro e uma leitura abaixo do previsto para o [índice de atividade](#) na região de Chicago.

## Indústria regulariza estoques em janeiro, mostra sondagem da FGV

01/02/2012- Valor Econômico

A indústria de transformação brasileira parece ter regularizado, em janeiro, os estoques acumulados ao longo do ano passado. A conclusão é da sondagem industrial do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), divulgada nesta terça-feira. No mês, a queda do nível de estoques, na comparação com dezembro de 2011, foi de 2,7%, com ajustes sazonais.

Para o economista Aloisio Campelo, da FGV, essa regularização pode ser verificada através da análise dos 14 setores contemplados pela pesquisa. Em outubro de 2011, oito deles apresentavam mais de 10 pontos percentuais líquidos de estoques excessivos (setores com estoques excessivos menos setores com estoques insuficientes). Naquele mês, esses setores representavam cerca de 40% do PIB da indústria de transformação.

Já em janeiro, apenas três setores (têxtil, móveis e farmacêuticos) se mantêm no mesmo patamar. Porém, segundo Campelo, eles são menos representativos e respondem por 5,7% do PIB da indústria de transformação. "O ajuste de estoques ainda não caracteriza uma recuperação da produção e dos investimentos da indústria", diz Campelo.

O Índice de Expectativas (IE) calculado pela FGV cresceu 0,6% em janeiro, na comparação com dezembro do ano passado, puxado pelo ajuste de estoques. Porém, a produção prevista, que também compõe o IE, não variou no mês.

Já o indicador de situação futura dos negócios, que mede o humor dos industriais para os próximos seis meses, ainda caiu 0,1% na mesma comparação. Campelo destaca que, apesar de esse indicador estar 5,6 pontos percentuais abaixo da média histórica, a tendência é de melhoria nos próximos meses, à medida que o ajuste dos estoques incentive a produção e recupere a confiança do empresariado.

## Receita publica orientação sobre FGTS

01/02/2012- Valor Econômico

As liminares concedidas pela Justiça que afastam a obrigação de recolhimento ou reduzem as alíquotas das contribuições previdenciárias não devem ser levadas em conta pelo empregador no momento de preencher a Guia de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social (Gfip). A determinação é da Receita Federal.

Segundo a Solução de Divergência nº 1, publicada ontem, o contribuinte deve informar o que lhe é cobrado mesmo que possua decisões liminares favoráveis para recolher um valor menor. "A Gfip deve ser preenchida de modo a evidenciar o valor da contribuição devida de acordo com a lei, e não aquele do qual a empresa se julga devedora", diz o texto, assinado pelo coordenador-geral de tributação, Fernando Mombelli.

Dessa forma, o empregador não vai declarar o que é recolhido efetivamente, diz o advogado Marcelo Jabour, diretor da Lex Legis Consultoria Tributária. Segundo ele, o posicionamento definitivo do Fisco vai contra o entendimento da maioria das unidades fiscais da Receita nos Estados. "Cerca de 90% das soluções de consulta formuladas de 2009 até agora diziam que a guia deveria refletir os impactos da decisão liminar", diz.

Para o sócio da Advocacia Lunardelli, Pedro Guilherme Lunardelli, o entendimento pode, por analogia, ser aplicado para as declarações de outros tributos. Segundo ele, a Receita ainda deverá esclarecer como o contribuinte deverá proceder caso ganhe a discussão judicial. Isso porque são admitidas atualmente apenas as ratificações de erros de digitação, de soma de valores e de códigos de arrecadação. "Não sabemos como conciliar as duas normas do Fisco", diz.

## Indústria precisa de medidas amplas e urgentes

01/02/2012- Agência CNI

A recuperação da atividade industrial depende de medidas amplas e urgentes. O alerta foi feito nesta terça-feira, 31 de janeiro, pela [Confederação Nacional da Indústria \(CNI\)](#), depois da divulgação dos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) sobre a produção industrial em 2011.

No ano passado, informa o IBGE, a produção industrial ficou perto da estabilidade, com crescimento de apenas 0,3% em relação a 2010, um resultado muito aquém do que a indústria precisa.

Na avaliação da CNI, a redução dos juros e as desonerações tributárias, adotadas no final do ano passado, são positivas, mas insuficientes para a indústria superar as dificuldades e retomar um ritmo mais forte de crescimento.

Conforme o IBGE, a produção industrial caiu 1,4% no último trimestre de 2011 em relação ao período imediatamente anterior, na série livre de influências sazonais. Foi o terceiro trimestre seguido de queda na produção.

Em 2011, a indústria só registrou resultado positivo no primeiro trimestre. Nos demais, houve queda – cada vez mais intensa – da produção frente ao trimestre anterior, o que caracteriza uma recessão na indústria, analisa a CNI.

## Volkswagen bate recorde de produção nas fábricas brasileiras em 2011

01/02/2012- Newsletter Automotive Business

A **Volkswagen** consolidou-se como maior fabricante de veículos do País e atingiu a marca **recorde** de 828.444 unidades produzidas em 2011, somados os automóveis e comerciais leves. Houve pequena alta de 0,32% sobre o recorde anterior, 2010, quando a empresa havia fabricado 825.821 veículos no País.

Do total de 2011, 178 mil unidades foram exportadas para cerca de dez países, o que também torna a VW a maior exportadora do setor. Com produção diária acima de 3 mil unidades, a VW fabrica automóveis em três plantas. Em São Bernardo do Campo (SP), onde emprega cerca de 14 mil colaboradores, são montados o Gol, a Parati, a Saveiro e a Kombi.

Em Taubaté (SP, na foto) há mais de 5 mil trabalhadores. A unidade do Vale do Paraíba produz o Voyage e também o Gol. A fábrica de São José dos Pinhais (PR) gera, segundo a VW, mais de 10 mil empregos diretos e indiretos. Lá são feitos o Golf, o Fox e derivados (CrossFox e SpaceFox).

Há ainda a unidade de São Carlos, também no Estado de São Paulo, que emprega 818 trabalhadores e produz motores 1.0, 1.4 e 1.6.

## **Abertura de Empresa - Projeto quer regulamentar o funcionamento de empresa virtual em residência**

01/02/2012- Notas COAD

Projeto apresentado pelo senador Humberto Costa (PT-PE) garante às empresas que operam exclusivamente pelo meio virtual o direito de ter como sede endereço residencial. O objetivo do projeto (PLS 641/2011), argumenta o autor, é garantir a livre iniciativa econômica aos empreendedores, que poderiam, com isso, reduzir despesas.

Na justificação do projeto, o senador argumenta que as restrições impostas pelos municípios ao funcionamento de empresas em áreas destinadas à moradia vêm tolhendo a liberdade de trabalhar de muitos profissionais. "Em decorrência, esses empreendedores são obrigados a comprar ou locar imóvel em outro lugar, o que caracteriza uma despesa elevada e muitas vezes excessiva".

De acordo com a proposição, o direito de funcionar em residências vale para as empresas de produção ou circulação de bens ou de serviços que operarem por meio exclusivamente virtual. Nesses casos, ainda que o zoneamento urbano não permita, a autoridade responsável deverá expedir o de funcionamento.

A matéria tramita na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, onde será analisada em decisão terminativa. Ainda não há relator designado para o projeto.

Fonte: Agência Senado.

## **ICMS - PR - Agências da Receita Estadual têm novo horário de atendimento**

01/02/2012- Notas COAD

Desde o início de janeiro de 2012, conforme determina a [Resolução 112 SEFA/2011](#), as agências da receita estadual: ARE Curitiba – 1ª DRR (Centro Curitiba); ARE Pinhais – 2ª DRR (Centro Curitiba) e ARE Cascavel – 13ª DRR (Cascavel) tem novos horários de atendimento. Nestas AREs, o horário de atendimento se dará de forma ininterrupta, nos dias úteis, das 10h às 17h.

Nas demais agências da receita estadual, o horário continuará o mesmo, ou seja, das 8h30 às 12h e das 13h30 às 18h.

## **Direito do Trabalho - Banco de devedores: dívidas poderão ser regularizadas até quinta-feira**

01/02/2012- Notas COAD

Encerra-se na próxima quinta-feira (2) o prazo de 30 dias estabelecido pelo Ato TST-GP 01/2012, do Tribunal Superior do Trabalho, para que os devedores que constavam do Banco Nacional de Débitos Trabalhistas (BNDT) no dia 4/1, quando entrou em

vigor a Lei 12.440/2011 regularizassem sua situação para fins de emissão da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas. Ao fixar o prazo, o presidente do TST, ministro João Oreste Dalazen, adotou critérios semelhantes aos utilizados na inclusão de devedores no Cadastro Informativo (CADIN), que proporciona ao devedor a oportunidade de quitar seus débitos antes de sua inscrição definitiva no banco ou de questionar a sua inclusão.

Desde o dia 4/1, o sítio eletrônico do TST já emitiu 589.853 certidões. O BNDT conta com 963.316 devedores, condenados em 1.617.209 processos trabalhistas. Desses, todos os que já haviam sido pré-cadastrados no dia 4 de janeiro não conseguirão obter a certidão negativa a partir da quinta-feira e, portanto, estarão impedidos de participar de licitações públicas, como determina a Lei 12.440/2011. No seu caso, a certidão emitida será a positiva de débitos. Muitos devedores, aproveitando o prazo de 30 dias, anteciparam-se e quitaram seus débitos, pagando aos trabalhadores os valores que lhes foram reconhecidos em sentenças condenatórias da Justiça do Trabalho.

A emissão da CNDT é feita a partir de consulta ao Banco Nacional de Devedores, cuja regulamentação considera obrigatória a inclusão do devedor que, devidamente cientificado, não pagar o débito ou descumprir obrigações determinadas judicialmente no prazo previsto em lei. Tanto a inclusão quanto a alteração ou exclusão de dados do BNDT são precedidas de ordem judicial expressa.

A certidão é emitida gratuita e eletronicamente em todo o território nacional por meio dos sítios eletrônicos do TST, do CSJT e dos Tribunais Regionais do Trabalho, a partir do número do CPF ou do CNPJ.

FONTE: TST

## **Defesa do Consumidor - Comissão do senado dará prioridade na atualização do Código do Consumidor**

01/02/2012- Notas COAD

Após o esforço para discussão e votação do projeto do novo Código Florestal, a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado (CMA) terá pela frente outro código: o de Defesa do Consumidor.

Para atualizar o Código de Defesa do Consumidor, foi criada em 2010 uma comissão de juristas presidida por Herman Benjamin, ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ). O grupo tem até o final de março para apresentar suas propostas ao Senado. E a CMA será uma das principais comissões da Casa encarregadas da análise dessa matéria. Entre os itens a serem examinados está o "superendividamento" - problema que se destaca em meio à expansão do crédito ao consumidor - e o comércio realizado pela internet.

Fonte: Agência Senado.

## **IR - Fonte - Imposto retido no 3º decêndio de janeiro vence no dia 03 de fevereiro**

01/02/2012- Notas COAD

As pessoas jurídicas que efetuaram, no período de 21 a 31/01/2012, retenção do Imposto de Renda na fonte nos pagamentos ou créditos decorrentes de juros sobre capital próprio e aplicações financeiras, inclusive os atribuídos a residentes ou domiciliados no exterior, e títulos de capitalização; prêmios, inclusive os distribuídos sob a forma de bens e serviços, obtidos em concursos e sorteios de qualquer espécie e lucros decorrentes desses prêmios; e de multa ou qualquer vantagem, de que trata o artigo 70 da Lei 9.430/96, devem recolher o imposto até o dia 03 de fevereiro.

## **Declarações Fiscais - Dacon de dezembro deve ser entregue até o dia 7 de fevereiro**

01/02/2012- Notas COAD

As pessoas jurídicas de direito privado e as que lhes são equiparadas pela legislação do Imposto de Renda, submetidas à apuração da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins, nos regimes cumulativo e não cumulativo, inclusive aquelas que apuram a Contribuição para o PIS/Pasep com base na folha de salários, devem apresentar o Dacon com informações relativas a dezembro/2011, até o dia 07-2-2012.

Se o declarante apresentar o Dacon em atraso ou deixar de apresentá-lo ficará sujeito à multa de 2%, ao mês-calendário ou fração, incidente sobre o montante da Cofins, ou, na sua falta, da Contribuição para o PIS/Pasep informada, limitada a 20%, reduzida à metade se apresentado antes de qualquer procedimento de ofício. A multa mínima a ser aplicada será de R\$ 500,00, ou, R\$ 200,00, no caso de pessoa jurídica inativa.

## **Projeto de Lei - Trabalho de motoboy poderá ser considerado atividade perigosa**

01/02/2012- Notas COAD

O Projeto de Lei 2865/11, do Senado, inclui as atividades de mototaxista, motoboy e serviço comunitário de rua entre aquelas consideradas perigosas. Conforme prevê a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT, Decreto-Lei [5.452/43](#)), os profissionais que atuam em áreas perigosas têm direito a adicional de 30% sobre o salário, descontados os acréscimos resultantes de gratificações, prêmios ou participações nos lucros da empresa.

Atualmente, apenas trabalhos que impliquem contato permanente com inflamáveis ou explosivos em condições de risco acentuado recebem essa classificação na lei.

À época da apresentação da proposta, o autor, senador Marcelo Crivella (PRB-RJ), ressaltou o crescimento do número de acidentes com motos no País. "Nos últimos cinco anos, tivemos uma média de 200 acidentes fatais por ano, ou mais de um a cada dois dias, só em São Paulo", afirmou.

### **Agravamento**

Desde então, com o crescimento do número de veículos de duas rodas, a situação só se agravou. De acordo com dados do Sistema de Informações de Mortalidade (SIM),

do Ministério da Saúde, em nove anos - entre 2002 a 2010 - a quantidade de mortes ocasionadas por acidentes com motos quase triplicou.

Conforme o levantamento, 10.152 pessoas morreram em acidentes com motos apenas em 2010, contra 3.744 no segundo ano da década. Somente em São Paulo, o número de acidentes fatais com motocicletas totalizou 1.518 ao longo de 2010.

### **Tramitação**

Em regime de prioridade, o projeto foi encaminhado para análise conclusiva, das comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

FONTE: Agência Câmara

## **Projeto de Lei - Projeto obriga construção civil a contratar pelo menos 10% de mão de obra feminina**

01/02/2012- Notas COAD

A Câmara analisa o Projeto de Lei 2856/11, do deputado Jânio Natal (PRB-PA), que obriga empresas da área de construção civil a contratarem pelo menos 10% de mulheres. A proposta altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT - Decreto-lei [5.452/43](#)).

O projeto também altera a Lei de Licitações ([8.666/93](#)) para tornar obrigatório a inclusão desse percentual mínimo para contratações de mulheres no edital de convocação ou, quando houver dispensa de licitação, no contrato administrativo.

### **Discriminação**

O autor explica que o objetivo é combater uma inexplicável resistência à contratação de mulheres na área de construção civil. "Os empreiteiros normalmente ignoram as vantagens do trabalho feminino e não se sensibilizam com estudos, segundo os quais, a atitude sempre mais cautelosa e detalhista das mulheres contribui para a edificação de prédios mais confiáveis".

O autor acredita que, uma vez obrigadas a contratarem mais mão de obra feminina e a vencer injustificáveis preconceitos, as empreiteiras da área - até por visarem lucro - logo passarão a admitir mais mulheres.

### **Tramitação**

O projeto, que tramita em caráter conclusivo, será analisado pelas comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

FONTE: Agência Câmara

## **Simplex Nacional - Adesões ao Simplex Nacional e ao Simei ultrapassam expectativa da Receita**

01/02/2012- Notas COAD

As adesões aos regimes especiais de tributação para micro e pequenas empresas e profissionais autônomos estão prestes a ultrapassar as expectativas do Fisco. De

acordo com o Comitê Gestor do Simples Nacional, coordenado pela Receita Federal, 214.067 empresas e profissionais autônomos haviam pedido o enquadramento no Simples Nacional e no regime para os empreendedores individuais até às 18h do dia 30-1, de um total de 215 mil contribuintes esperados para este ano.

A adesão pode ser feita somente no Portal do Simples Nacional. Quem agendou o pedido em novembro ou dezembro e não tiver pendências com o Fisco será incluído automaticamente no programa. Apenas as empresas em início de atividade conseguirão se registrar depois de janeiro, mas elas têm até 30 dias após a obtenção do registro para fazer o pedido.

Os empreendedores individuais terão de cumprir duas etapas. Primeiramente, eles precisam aderir ao Simples Nacional. Em seguida, será necessário entrar no Portal do Empreendedor para pedir o enquadramento no Simeii. Atualmente, 5,7 milhões de empresas e 1,8 milhão de empreendedores individuais fazem o recolhimento simplificado.

Neste ano, os valores das faixas de enquadramento foram ampliados. O limite máximo de faturamento anual passou de R\$ 240 mil para R\$ 360 mil para microempresas e de R\$ 2,4 milhões para R\$ 3,6 milhões para as pequenas empresas. Para os empreendedores individuais, o teto subiu de R\$ 36 mil para R\$ 60 mil.

Criado em 2007, o Simples Nacional reúne, em um pagamento único, seis tributos federais: Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), PIS/Pasep, Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e contribuição patronal para o INSS.

O recolhimento simplificado também abrange o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), cobrado pelos estados e o Distrito Federal, e o Imposto Sobre Serviços (ISS), de responsabilidade dos municípios. No Simeii, os empreendedores individuais pagam 5% sobre o salário mínimo (R\$ 31,10 por mês) à Previdência Social, além de R\$ 1 de ICMS ou R\$ 5 de ISS, dependendo do ramo de atividade.

Fonte: Agência Brasil

## **Tribunal - JT não reconhece vínculo de emprego de estagiária com ANABB**

01/02/2012- Notas COAD

Uma estagiária não conseguiu o reconhecimento do vínculo de emprego com a Associação dos Funcionários do Banco do Brasil (ANABB). Seu pedido foi indeferido em todas as instâncias da Justiça do Trabalho. No julgamento mais recente, a Sexta Turma do Tribunal Superior do Trabalho negou provimento a agravo de instrumento contra decisão do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região (DF/TO) que impediu a subida do recurso de revista para o TST.

Embora tenha sido admitida formalmente pela associação em junho de 2006 como advogada, a estagiária alegou que, desde maio de 2004, atuou em condição irregular,

exercendo funções análogas à de operadora de telemarketing receptivo, situação que perdurou até maio de 2006. Ainda de acordo com ela, nesse período também foi obrigada a prestar serviços na condição irregular de estagiária e a ANABB não assinou sua carteira de trabalho nem recolheu o FGTS em seu favor.

Na inicial da ação trabalhista, alegou a ocorrência de desvirtuamento do contrato de estágio, pois a atividade exercida não tinha vinculação com a aprendizagem, um dos requisitos do estágio, conforme previsto na [Lei nº 6.494/1977](#) (Lei de Estágios). Com esses argumentos, pleiteou o reconhecimento do vínculo com a ANABB no período anterior à contratação formal, com todas as verbas devidas.

A Terceira Vara do Trabalho de Brasília julgou procedentes em parte seus pedidos e condenou a associação a anotar sua carteira de trabalho com o período solicitado, mas declarou prescrito o contrato de trabalho, porque a ação somente foi ajuizada em setembro de 2009, não cabendo, portanto, o pagamento das verbas pedidas. A sentença foi mantida pelo TRT.

No TST, a estagiária insistiu que cabia à ANABB provar o fato constitutivo do seu direito, alegando, ainda, violação à Lei nº 6.494/77, aos artigos 2º, 3º e 618 da CLT e 333, I e II do CPC. Sua argumentação, no entanto, foram afastadas pelo ministro Horácio de Senna Pires, para quem o acórdão regional demonstrou plenamente ter sido dirimida toda a controvérsia, à luz do conjunto dos fatos provas.

Processo: [AIRR-1932-98.2009.5.10.0003](#)

**OBS. SINDIMETAL/PR:** *Independentemente do segmento empresarial, deve-se atentar para o entendimento do TST acerca da matéria*

## Poder Executivo - Decisões do INSS: segurados poderão recorrer por meio eletrônico

01/02/2012- Notas COAD

Os recursos interpostos pelos segurados da Previdência Social contra o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) vão passar a ser feitos, gradativamente, nos estados, por meio eletrônico, com a instituição do sistema e-Recursos, já iniciado no Rio Grande do Sul.

O objetivo é modernizar a tramitação dos processos dos segurados, com economia de tempo e dinheiro, pois tudo é feito, atualmente, de forma manual, com muita demora e custos elevados.

O e-Recursos vai permitir que todo o andamento dos processos seja informatizado, desde a entrada de requerimentos até a decisão final.

O projeto piloto que está implantado no Rio Grande do Sul vai começar a funcionar também no Rio Grande do Norte, na 27ª Junta de Recursos da Previdência Social e foi objeto de portaria assinada nesta terça-feira (31/1), em Natal, pelo ministro da Previdência, Garibaldi Alves Filho.

Vão ser instituídos comitês gestores e grupo de trabalho nas capitais, gradativamente, para que a mudança seja viabilizada em todo o país. Vão participar das providências

para efetivação do modelo as juntas previdenciárias locais e as câmaras de recursos, cujos presidentes deverão adotar as medidas necessárias para que o processo de informatização seja efetivado.

Os segurados da Previdência Social podem entrar com recursos administrativos contra decisões sobre o valor dos benefícios do INSS. A previsão é que as decisões sejam tomadas mais rapidamente com a implantação do e-Recursos, segundo o ministério.

FONTE: Agência Brasil

## **Direito Constitucional - Atuação do CNJ: Plenário do STF deve julgar hoje limitação de poderes**

01/02/2012- Notas COAD

A sessão da tarde nesta quarta-feira (1) no Supremo Tribunal Federal (STF) não marca apenas a volta do recesso iniciado em dezembro passado. O plenário deverá decidir se concorda com a decisão individual do ministro Marco Aurélio Mello, que limitou poderes do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) no fim de 2011. Esse é o primeiro item da pauta, e a expectativa é que o presidente chame o processo assim que abrir os trabalhos.

A ação foi protocolada pela Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) em agosto passado e, desde então, vem criando controvérsias. O tema foi responsável pela divisão da cúpula do Judiciário, quando a corregedora Eliana Calmon disse que a limitação do CNJ facilitaria a infiltração de "bandidos de toga". As afirmações foram rebatidas em nota lida pelo presidente do CNJ e do STF, Cezar Peluso – e assinada pelos demais conselheiros – que classificaram de "levianas" as considerações.

A indefinição sobre o processo chegou ao fim com a liminar de Marco Aurélio Mello, que decidiu cancelar grande parte da resolução do CNJ que era objeto de questionamento da AMB. Datada de julho, a norma detalha como a corregedoria deve agir na investigação de juízes e substitui outra resolução em vigor desde 2007. Para Marco Aurélio, defensor da autonomia dos tribunais brasileiros, o CNJ só pode atuar depois que as corregedorias locais tiverem concluído suas apurações.

Eliana Calmon chegou a alegar que a acusação de vazamento de dados sigilosos pela corregedoria não procede, uma vez que o órgão só teve acesso a determinados dados depois que eles foram divulgados na imprensa.

Antes da sessão, o STF abrirá o ano judiciário, em cerimônia que começa às 10h. Realizada desde 2004, a sessão especial terá a participação do presidente da República em exercício, Michel Temer, e do presidente do Senado, José Sarney.

FONTE: Agência Brasil

## Justiça do Trabalho terá cartão de crédito na sala de audiência para pagamento de dívida

01/02/2012- Carmem Feijó - TST

A utilização de meios eletrônicos de pagamento em salas de audiência da Justiça do Trabalho é o objeto do protocolo de intenções assinado nesta segunda-feira (30) pelo corregedor-geral da Justiça do Trabalho, ministro Barros Levenhagen, a corregedora nacional de Justiça, ministra Eliana Calmon, e representantes dos 24 Tribunais Regionais do Trabalho, do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal. A proposta é desenvolver estudos e executar um projeto piloto para viabilizar a utilização de cartões de crédito e débito na quitação total de transações e conciliações judiciais e de diversos valores decorrentes do processo, como dívidas judiciais, taxas, emolumentos, peritos judiciais, custas e honorários advocatícios.

O projeto piloto será instalado numa das Varas do Trabalho de Belém (PA). Depois de um período de seis meses de testes e aprimoramentos, ele se estenderá a todos os tribunais e unidades interessadas.

A iniciativa é inédita e tem como objetivo tornar mais ágil o processo de execução de decisões e acordos na Justiça do Trabalho, com o repasse imediato do valor à parte beneficiada. Segundo a corregedora nacional de Justiça, ministra Eliana Calmon, vários motivos levaram à escolha da Justiça do Trabalho para a implantação da medida. "A Justiça do Trabalho está na frente das demais em termos de agilidade, lida diretamente com a vida do trabalhador e, além disso, profere sentenças líquidas, em que o valor já é definido, o que torna mais fácil o pagamento com o cartão", afirmou, na solenidade de assinatura do protocolo.

O corregedor-geral da Justiça do Trabalho observou que o uso do cartão não terá caráter impositivo, e sim facultativo. "O devedor pode aderir a ele porque permite o pagamento da dívida de forma mais amena", assinalou. Levenhagen destacou que a adoção dos meios eletrônicos para facilitar a solução dos processos trabalhistas atende de forma equilibrada a dois princípios que, de acordo com a Constituição, servem de fundamento ao Estado Democrático de Direito: o valor social do trabalho e da livre iniciativa. "O ser humano não pode ser tratado como mercadoria, mas é preciso lembrar que 80% dos empregos no País são gerados por micro e pequenas empresas que, desta forma, terão mais facilidade de quitar dívidas trabalhistas reconhecidas judicialmente", afirmou.

### **Estímulo à conciliação e agilidade na execução**

A expectativa da Corregedoria Nacional e da Corregedoria-Geral da JT é que a facilidade criada pelo uso do cartão de crédito ou de débito na própria sala de audiência vai estimular a celebração de acordos e dar mais agilidade à execução das decisões judiciais. "A conciliação é a pedra de toque da Justiça do Trabalho, etapa obrigatória do processo trabalhista desde a sua criação", lembrou o ministro Levenhagen. A existência de um meio rápido e seguro de pagamento, acredita, tornará os acordos mais fáceis.

A mesma opinião tem o vice-presidente de Logística e Retaguarda da Caixa Econômica Federal, Paulo Roberto dos Santos. "É uma iniciativa ganha-ganha, e o principal ganhador é o jurisdicionado, que pode sair da audiência com a garantia da quitação de seus créditos", afirmou. "A medida está em sintonia com o dia-a-dia do cidadão, que tem no plástico a principal forma de pagamento."

Atualmente, quando as partes homologam um acordo durante a audiência de conciliação, o pagamento da dívida é feito de forma manual, por meio de depósitos bancários, e envolve diversas etapas burocráticas entre a assinatura do acordo na sala de audiência até a liberação efetiva do dinheiro e o arquivamento do processo. Com o uso de cartões, a liberação pode ser imediata, no caso de débito, ou em 30 dias, no de crédito. O processo é arquivado logo após a impressão dos recibos de pagamento.

A ministra Eliana Calmon assinalou que a execução – momento processual em que o credor efetivamente recebe o que lhe é devido – é a fase crítica dos processos judiciais e, por isso, necessitava "um novo olhar", que favorecesse o alinhamento tecnológico para combater suas causas, e não seus efeitos. O pagamento com cartão resolve de imediato a relação entre o credor e o devedor do processo trabalhista e, caso haja inadimplência, esta será resolvida diretamente com a administração do cartão de crédito – que permite até o refinanciamento da dívida. Além disso, a eliminação de etapas burocráticas reduz, também, as possibilidades de fraudes.

## **Implantação**

Nos termos do protocolo, a Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho e a Corregedoria Nacional de Justiça ficam responsáveis pela coordenação do projeto e pela identificação, junto aos demais signatários do protocolo, das unidades judiciárias que tenham perfil adequado para receber o programa. A CEF e o BB analisarão as possíveis parcerias comerciais e institucionais para viabilizar a utilização dos cartões.

A primeira unidade da Justiça do Trabalho a adotar o cartão de crédito na sala de audiência é a 13ª Vara do Trabalho de Belém (PA). Ela servirá de piloto para ajustes e aperfeiçoamentos. Depois de seis meses, o projeto se estende às demais Varas do Trabalho da 8ª Região (Pará e Amapá) e, posteriormente, aos demais Tribunais Regionais do Trabalho. Segundo a ministra Eliana Calmon, a ideia do CNJ é que a solução seja levada também para os demais ramos da Justiça.

O BB e a CEF ficaram encarregados das parcerias com administradoras de cartões – como Redecard e Cielo – que permitirão o pagamento com o maior número possível de cartões de vários bancos. As duas instituições administrarão as transações porque, de acordo com reiteradas decisões do Supremo Tribunal Federal, os depósitos judiciais têm de ser feitos em bancos oficiais.

Além da ministra Eliana Calmon, do ministro Barros Levenhagen e do vice-presidente de Logística da CEF, participaram da assinatura do protocolo o ministro do TST e conselheiro do CNJ Carlos Alberto Reis de Paula, o diretor de Distribuição do Banco do Brasil, Dan Conrado, o presidente do TRT da 8ª Região, desembargador José Maria Quadros de Alencar, e o coordenador do Colégio de Presidentes e Corregedores de TRTs (Coleprecór), desembargador Renato Buratto, presidente do TRT da 15ª Região (Campinas/SP).

(Carmem Feijó - TST)